

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

UMA ANÁLISE DA PRIVATIZAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES

Eduardo Bastos Gomes

N^o de Matrícula: 9516831

Orientador: Paulo Faveret

Julho de 1999

ÍNDICE:**PÁGINA**

Capítulo I – Introdução

Capítulo II – O Sistema de Telecomunicações Brasileiro

II.1 – Histórico

II.2 – Período Pré-Privatização

II.2.1 – Análise Político-Econômica do Período

Capítulo III – Mudanças no Setor de Telecomunicações – Abertura de Mercado

III.1 – Os Primeiros Passos para a Privatização do Sistema

III.2 – ANATEL

III.3 – Os Pontos Principais do Modelo

III.3.1 – Resultados da Privatização

Capítulo IV – Críticas e Divergências Acerca da Privatização

Capítulo V – O Futuro das Telecomunicações no Brasil

V.1 – Privatização da Telefonia, apenas o Primeiro Passo

V.1.2 – Novos Investimentos

Capítulo VI – Considerações Finais

Bibliografia

CAPÍTULO I **INTRODUÇÃO**

O final desse século está sendo marcado por inúmeras e rápidas mudanças ocorridas no Setor das Telecomunicações. Com a globalização da economia, houve uma necessidade de aumento da troca de informações entre os indivíduos, os bancos, as firmas e centros de ensino. A Internet foi o primeiro grande passo para a comunicação e transmissão de dados de massa, mas ainda assim não é suficiente para satisfazer a todas as necessidades do sistema, como alta velocidade e capacidade de transmissão.

Essa evolução vem desde os anos 70, onde além de um impressionante incremento da tecnologia, com a produção de fibras ópticas, ondas de radiotransmissão e satélites, houve também um aumento da possibilidade de aplicação dos meios existentes, não estando mais limitados apenas aos serviços de comunicação de voz e imagens. Essa nova tecnologia abriria portas para a telefonia celular e também para a melhoria dos outros serviços já existentes, como a telefonia de longa distância. Com esse processo de crescimento do

sistema, o setor atraiu cada vez mais interesses financeiros fortíssimos para o setor de telecomunicações. Com o crescimento do sistema cada vez mais pessoas estavam envolvidas com a rede e, com isso, crescia a demanda do público por novos serviços, assim como ocorreu a melhoria nos já existentes. Desta forma, o setor tornou-se centro de muitas pesquisas e de grandes disputas entre as empresas do ramo, possibilitando seu rápido crescimento.

Com as novas tecnologias disponibilizadas, o setor de telecomunicações passou a agregar interesses das áreas de informática, de entretenimento, de informação, com os existentes na área de telecomunicações, até então voltados apenas para os negócios, comércio, indústria e serviços, facilitando ainda mais o crescimento do setor.

Pelas amplas possibilidades de atuação, o mercado mundial tornou-se voraz, forçando o governo a intervir no mercado, exercendo o papel regulador, tendo este sido fundamental para o completo desenvolvimento das telecomunicações. Esse movimento, de regulação pelo Estado, originou-se nos Estados Unidos e rapidamente se difundiu por outras partes do mundo. O principal objetivo era superar os tradicionais monopólios geralmente estatais que, desde a criação da telefonia, dominavam o setor público de telecomunicações, bem como introduzir iniciativas para a globalização das telecomunicações.

Na atualidade, o que se observa no Brasil é que a privatização e a quebra do monopólio estatal na prestação de serviços públicos de telecomunicações são duas idéias muito discutidas no meio político e econômico, constituindo-se em componentes fundamentais

para a organização de um novo cenário - visando alcançar a universalidade dos serviços de telecomunicações - e para uma contribuição mais efetiva ao desenvolvimento social e econômico mundial.

Nem todos os países desfrutam dessa universalização das telecomunicações, e o sistema de comunicação atende somente uma parcela muito pequena da população. Devido aos grandes investimentos necessários, os governos geralmente não dispõem de recursos para investir no setor, a fim de difundir o acesso à telefonia em cada residência, tendo este que recorrer ao setor privado para a realização desses investimentos.

No Brasil a iniciativa privada viu com muito interesse essa abertura, principalmente as empresas multinacionais, por conta de suas expectativas quanto ao crescimento potencial do setor.

Em grande parte dos casos de privatização e, mais especificamente no Setor de Telecomunicações, o intuito do governo com o programa de privatização foi o de promover a retomada do crescimento e a modernização do setor. Também através desse meio, tentava impulsionar uma indústria que poderia ser implementada para atender às demandas do novo mercado que estava sendo criado.

Esse trabalho se propõe a fazer uma análise dos fatos ocorridos ao longo do processo de privatização do Sistema de Telecomunicações, assim como dos resultados obtidos e do

futuro do Setor, dando foco às diferentes visões dos técnicos e políticos sobre os efeitos econômicos e sociais proporcionados pela mesma.

Para tanto, o trabalho será composto de mais 5 capítulos, além do introdutório. No próximo, ou seja, no segundo capítulo, será feita uma análise do sistema de telecomunicações brasileiro no período anterior à privatização; no terceiro se discorrerá sobre o processo de privatização utilizado no Brasil, assim como os fatores que contribuíram para as mudanças ocorridas no setor; no quarto capítulo será descrito o ambiente político em torno do processo de privatização, dando ênfase às diferentes opiniões sobre o tema; no quinto capítulo dar-se-á atenção às modificações que ainda estão por acontecer no setor; no sexto e último capítulo, será feita uma discussão sobre o tema apresentado ao longo da monografia.

CAPÍTULO II

O SISTEMA DE TELECOMUNICÇÕES BRASILEIRO

II.1 – HISTÓRICO

O Sistema de Telecomunicações brasileiro desde 1960 era controlado pela União, Estados e Municípios, sendo estes os responsáveis por sua administração e desenvolvimento, e se constituía por mais de 1.200 empresas de diferentes portes. Devido à total falta de coordenação entre União, Estados e Municípios, assim como por parte das empresas, a qualidade do serviço prestado era de péssima qualidade, e esta falta de entrosamento também representava um grande obstáculo ao desenvolvimento do setor.

A maior parte dos serviços telefônicos concentrava-se na região centro-sul do país, onde se situavam mais de 60% dos terminais. Os serviços telefônicos eram muito precários, usavam tecnologia de pouco alcance, interligando apenas determinadas capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte. Nesta época, início dos anos 60, os centros rurais eram completamente desprovidos de meios de comunicação de voz, contando apenas com o

sua vez, a EMBRATEL, constituída em 1965, teve com principal tarefa fazer a interligação de todas as capitais e as principais cidades do país. Entre 1969 e 1973, a EMBRATEL assumiu a exploração dos serviços internacionais, à medida que expiravam os prazos de concessão das empresas estrangeiras que aqui operavam.

Em 1963, o CONTEL aprovou critérios para nortear o estabelecimento das tarifas dos serviços de telecomunicações que, no entanto, não foram seguidas ao longo do tempo. Em 1966, regulamentou a prática, então já de uso corrente, referente à participação financeira dos pretendentes à aquisição de linhas telefônicas, transformando-a em importante instrumento de apoio à expansão dos serviços de telefonia no Brasil – o autofinanciamento. Parte dos problemas de integração do sistema tinham origem na fragmentação do poder de concessão dos serviços, que criava um mercado segmentado e sem nenhum controle. Esse problema viria a ser resolvido de 1967, quando esse poder se concentrou nas mãos da União.

Pelas modificações sofridas, o Setor passou a ser de tal importância para o país, que em 1967 foi criado o Ministério das Telecomunicações, assumindo assim as competências do CONTEL.

Estas medidas levaram a uma melhoria significativa nos serviços interurbanos e internacionais, não tendo ocorrido o mesmo nos serviços locais. Isso fez com que, em 1971, o Governo cogitasse sobre a criação de uma entidade pública destinada a planejar e coordenar as telecomunicações de interesse nacional, a obter recursos financeiros necessários à implantação de sistemas e serviços de telecomunicações e para controlar a ampliação de tais recursos, mediante participação acionária nas empresas encarregadas da operação desses sistemas e serviços. Nascia então a idéia da criação da TELEBRÁS, que seria efetivada em 1972.

Logo após sua criação, a TELEBRÁS iniciou o processo de aquisição e absorção das empresas que prestavam serviços telefônicos no Brasil, visando consolidá-las em empresas de âmbito estadual. Havia nessa época mais de novecentas operadoras independentes no Brasil.

II.2 – PERÍODO PRÉ-PRIVATIZAÇÃO

Anteriormente à privatização do Sistema de Telecomunicações, este era explorado em sua maioria pelo Sistema TELEBRÁS – composto por uma empresa holding, a TELEBRÁS; por uma empresa *carrier* de longa distância de âmbito nacional e internacional (a EMBRATEL), que também explorava serviços de comunicações de dados e de telex; e por mais 27 empresas de âmbito estadual e local – e por quatro empresas independentes, sendo três estatais e uma privada. Entre as estatais tinha a CRT, controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul; a SERCOMTEL, pela prefeitura de Londrina; e a CETERP, controlada pela prefeitura de Ribeirão Preto. A empresa privada era a Cia. de Telecomunicações do Brasil Central, sediada em Uberlândia e que atuava no Triângulo Mineiro, no nordeste de São Paulo, no sul de Goiás e no sudeste do Mato Grosso do Sul.

O Sistema TELEBRÁS detinha cerca de 90% da planta de telecomunicações existente no país e atuava em uma área em que vive mais de 90% da população brasileira, sendo contudo muito ineficiente nas áreas rurais. A União Federal detinha controle acionário da TELEBRÁS, com pouco mais de 50% de suas ações ordinárias. Da totalidade do capital entretanto, a União detinha menos de 22%. A quantidade de acionistas, que chegou a 6 milhões, reduziu-se para 4,3 milhões ao final de 1996, em função das vendas realizadas por acionistas detentores de ações recebidas em decorrência do auto-financiamento.

Nas últimas duas décadas, a rede de telecomunicações cresceu a taxas bastante superiores às do crescimento da população e da economia. Entre 1976 e 1996, enquanto a população brasileira aumentou em quase 50% e o PIB cresceu em torno de 80%, a planta instalada do Sistema TELEBRÁS aumentou mais de 400%, não tendo sido esse crescimento suficiente para se igualar à demanda.

Nesses mesmos 20 anos, todavia, o tráfego aumentou em proporção significativamente maior – mais de 900% no serviço local (1200% entre 1974 e 1994) e mais de 1700% no serviço interurbano (1800% de 1974 a 1994), o que mostra que a demanda por serviços cresceu bem mais do que a capacidade de seu atendimento.

Um outro problema também encontrado no sistema de telefonia brasileiro era que o mesmo atendia apenas uma parcela economicamente mais favorecida da população. Mais de 80% dos terminais residenciais concentravam-se nas residências de famílias de classe “A” e “B”, evidenciando que as classes menos favorecidas não têm um atendimento individualizado. Essas pessoas não dispõem também de adequado atendimento coletivo, uma vez que os números de telefones públicos são insuficientes e mal distribuídos geograficamente. Os grandes perdedores eram as áreas rurais, onde menos de 2% das residências eram atendidas pelo serviço telefônico.

II.2.1 – ANÁLISE POLÍTICO ECONÔMICA DO PERÍODO

Apesar do enorme crescimento do setor, percebeu-se que este não era suficiente para satisfazer o crescimento na demanda. Serão descritos, nesta parte do trabalho, os principais motivos que levaram à incapacidade do setor em atender a demanda, assim como acompanhar o ritmo tecnológico que estava sendo imposto pelos países de tecnologia de ponta.

Um dos principais motivos para justificar a incapacidade de manutenção e novos investimentos certamente é a questão tarifária, que tem recebido, ao longo dos anos, tratamento inadequado. Desde antes da constituição do Sistema TELEBRÁS, quando o poder de fixá-las era fragmentado ao nível municipal, as tarifas eram estabelecidas segundo critérios totalmente dissociados dos custos dos serviços correspondentes, o que levou as concessionárias da época a não realizarem os investimentos necessários à expansão da rede e a melhoria dos serviços. Posteriormente, já com o sistema TELEBRÁS constituído, as tarifas passaram a ser definidas pelo Governo Federal, como entidade econômica, com o interesse centrado na contenção do processo inflacionário, e não como poder concedente – condição em que deveria cuidar de sua compatibilidade de custos.

O mecanismo dos subsídios, que pretendia que os serviços mais rentáveis e as regiões mais desenvolvidas contribuíssem para o atendimento às periferias, à interiorização e aos serviços de natureza social, acabou sendo desconfigurado. Isto fica evidente quando se detecta que,

por um lado, sua aplicação limitou-se ao serviço telefônico e, por outro, as populações das periferias e as mais carentes são exatamente aquelas desprovidas de atendimento telefônico.

Outra razão importante é advinda das restrições à gestão empresarial imposta às empresas estatais de um modo geral, notadamente a partir de 1988, que acabaram equiparando essas empresas à administração pública. Em vez de disciplinar as empresas estatais pela exigência de resultados no cumprimento de sua missão, as condicionantes constitucionais foram implementadas através de mecanismos de controle de meio, que além de ineficazes, limitavam exageradamente a flexibilidade operacional indispensável à atuação empresarial, particularmente em ambientes competitivos. Essas restrições vão desde a exigência de processos licitatórios extremamente burocratizados para contratação de bens e serviços – que tem como consequência o aumento de custos e prazos – até mesmo à limitação salarial e outros entraves que dificultavam o crescimento da empresa.

As duas razões apontadas para justificar a incapacidade de investimento não são, entretanto, as únicas. Uma outra, de importância igual ou maior, deve ser considerada: a acomodação resultante do monopólio, da ausência de competição. Assim, não havia nenhum estímulo às firmas para reduzirem seus custos, como também para investirem em melhoria dos serviços e em novos produtos.

CAPÍTULO III
MUDANÇAS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES – ABERTURA DE
MERCADO

Seguindo as tendências mundiais de globalização da economia através da eliminação de barreiras à produção, o Brasil busca inserir-se nesse processo de transformação por meio da promoção do desenvolvimento via descentralização, flexibilização, desburocratização e reorientação das atividades do setor público.

Além de haver uma grande necessidade na melhoria e ampliação do serviço telefônico, a privatização como um todo era necessária devido à crescente demanda da sociedade por programas de bem-estar e da exagerada importância dada ao Estado, no passado, como balizador do processo de desenvolvimento, exigindo receitas fiscais cada vez maiores. Some-se a isso a estrutura extremamente sobrecarregada do setor público brasileiro.

A reestruturação do setor público tornou-se uma condição fundamental, embora não suficiente, para a retomada do processo de crescimento do Estado e a manutenção da estabilidade econômica.

As transformações por que passou o Setor de Telecomunicações são ditadas por três fatores que se inter-relacionam: a evolução tecnológica; a globalização da economia; e a rapidez das mudanças no mercado e das necessidades dos consumidores. Sob esse contexto, eram necessárias modificações na regulamentação do Setor, que foram concebidas num período onde o mercado funcionava de maneira totalmente diferente e também sob monopólio. Com esse objetivo desenvolveu-se um novo modelo institucional para as Telecomunicações brasileiras.

O desenvolvimento desse novo modelo é baseado numa série de objetivos que podem ser resumidos em duas idéias básicas: a competição e a universalização do acesso aos serviços básicos – “que evidenciavam a preocupação em inserir o Brasil de forma efetiva no grupo das nações que devem conduzir, no mundo, o processo de integração da sociedade através dos meios de comunicação, como exigência da nova era da informação”¹.

Com relação à idéia de competição, foi feita a proposta de uma emenda constitucional objetivando a flexibilização do monopólio estatal das telecomunicações, que será descrita mais detalhadamente à frente. Deste modo, iria se estabelecer o regime de competição na prestação de serviços telefônicos porém, não acabaria como um todo com as empresas

¹ Texto do Ministério das Comunicações, não havia nenhuma referência quanto ao autor, nem quanto à data.

estatais. Para que esse objetivo fosse alcançado era necessária a eliminação da exclusividade da concessão para exploração dos serviços públicos pelas empresas sob controle acionário estatal.

Para que a idéia de universalização do acesso seja concretizada, devem ser consideradas duas situações genéricas:

- devem ser fornecidos serviços de telecomunicações individuais a qualquer pessoa ou organização que os desejar com níveis de qualidade aceitáveis, com tarifas comercialmente razoáveis e dentro de um prazo razoável;
- devem ser fornecidas outras formas de acesso a serviços de telecomunicações, em localizações geográficas convenientes, a tarifas acessíveis, àquelas pessoas que não tiverem condições econômicas de pagar tarifas comercialmente razoáveis por serviços individuais.

As tarifas descritas comercialmente razoáveis devem cobrir os custos operacionais e oferecer retorno comercial atrativo ao capital investido. Desse modo, os provedores de serviço utilizarão como parte de sua estratégia de negócios satisfazer os clientes, ou seja, a introdução de competição na exploração dos serviços fará com que os consumidores economicamente atrativos sejam atendidos satisfatoriamente, além de permitir que tenham acesso a serviços que preencham de forma adequada suas necessidades de telecomunicações.

A segunda situação refere-se àqueles casos em que o custo de fornecer acesso físico seja elevado, como por exemplo, em localidades remotas no interior do país, nas áreas rurais, nas periferias das grandes cidades e em regiões escassamente povoadas ou em que clientes potenciais não disponham de renda suficiente para atrair investimentos. Nesse caso, o acesso a serviços poderá necessitar de algum tipo de subsídio, que por sua vez será planejado e distribuído de modo a não criar vantagens nem desvantagens para nenhum dos operadores e, ao mesmo tempo, deverá atender a esse objetivo social com menor custo.

Com base nessas idéias, descreverei o processo de privatização da telefonia no Brasil

III.1 – Os Primeiros Passos para a Privatização do Sistema

O primeiro grande passo tomado pelo governo no intuito de estimular mudanças no Setor de Telecomunicações ocorreu a partir da aprovação de proposta submetida ao Congresso Nacional, e a subsequente criação da Emenda Constitucional Nº 8 de 15 de Agosto de 1995. Essa emenda, também conhecida como “Lei Mínima” foi responsável pela eliminação da exclusividade da concessão para a exploração dos serviços de telefonia celular e os serviços via satélite a empresas com controle acionário estatal, viabilizando assim a possibilidade da existência de um sistema competitivo no ambiente da prestação de serviços.

Porém, esse foi somente o início de uma batalha. Muita coisa ainda teria que passar pelo Congresso para que a privatização do Setor se tornasse uma realidade. O governo, no meio de muitas mudanças, ficou preocupado em editar uma nova regulamentação do Setor que comportasse todas as mudanças que ainda estavam por vir. Muitas discussões ocorreram dentro da Câmara dos Deputados, assim como no Senado Federal em função da grande transformação que estava por acontecer. A aprovação da Emenda tinha sido um bom começo, mas ainda havia muito a percorrer.

A segunda etapa foi a aprovação pelo Congresso do projeto da nova Lei Geral para as Telecomunicações, encaminhado em novembro de 1995 e somente aprovado pelo Congresso em julho de 1996.

No início de 1997, enquanto a Câmara dos Deputados começava a discutir o projeto da Lei Geral, o Ministério das Comunicações iniciou os trabalhos necessários à implementação da nova lei, basicamente referentes à preparação para instalação do Órgão Regulador, ao desenvolvimento de aspectos básicos da regulamentação e ao detalhamento do modelo de reestruturação e privatização da TELEBRÁS.

Esses trabalhos consistiram, por um lado, no desenvolvimento dos termos de referência para a contratação e o fornecimento, pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), dos consultores especializados. Com base nesses termos de referência, a UIT realizou dois processos seletivos. O primeiro deles, para a contratação dos serviços referentes à estruturação do órgão regulador e ao desenvolvimento dos aspectos básicos da regulamentação, que contou com a participação de 5 empresas internacionais. O segundo, visando o detalhamento do modelo de reestruturação e privatização da TELEBRÁS, teve a participação de 15 empresas também internacionais.

Por outro lado, o Ministério cuidou também das medidas internas necessárias à realização do projeto. Já em fevereiro de 1997, o Ministro Sérgio Motta assinou portaria instituindo uma Comissão Especial de Supervisão, prevista no então projeto de lei, para acompanhar e supervisionar o processo. Como resultado, obteve-se o Regulamento da Agência Nacional das Telecomunicações - ANATEL -, seu regulamento interno e regulamento de contratações, do Plano Geral de Metas de Universalização e dos contratos de concessão.

Após aprovação de todas essas regulamentações, leis e emendas, haveria a inserção num novo modelo competitivo, e o Estado passaria de provedor, a regulador dos serviços e indutor das forças de mercado.

O próximo passo, seria então, a criação efetiva desse órgão regulador, assim como a privatização.

III.2 – ANATEL

A ANATEL foi criada com o intuito de regulamentar e controlar o Setor, cobrindo todos os aspectos, desde as licenças até os padrões de interconexão. A Agência, criada pela Lei e instalada pelo Poder Executivo, atua como autoridade administrativa autônoma e, a diferença em relação a outros organismos governamentais é que a Agência não presta pura e simplesmente um serviço público, mas exerce poder discricionário.

É incumbida de aplicar as leis, decretos e demais normas relativas às telecomunicações, competindo-lhe principalmente expedir regras quanto à outorga, prestação e operação dos serviços, além de celebrar e gerenciar contratos de concessão e fiscalizar a prestação do serviço. Cabe a ela também aplicar sanções e realizar intervenções, fixar, controlar e acompanhar tarifas dos serviços prestados no regime público, arrecadar e aplicar suas receitas e proteger o consumidor de abusos do poder econômico (monopólio), dentre outras atribuições.

A ANATEL tem um papel muito importante para o Setor, sendo responsável pela viabilização da entrada de novas tecnologias em nosso país. Um exemplo mais recente que pode ser citado para explicitar a importância e forte presença da Agência no Setor, é a atual regulamentação para exploração da Internet via cabo. Com esta nova janela, por volta do início do ano 2000, o Brasil vai estar aberto para a exploração desse moderno sistema, colocando-se em igualdade com os serviços disponíveis nos países mais avançados.

Quanto ao poder regulador, o papel desta Agência como fiscalizadora das empresas prestadoras de serviços tem sido muito agressivo com as novas operadoras. Multas estão sendo cobradas quando um prazo é vencido, ou mesmo pela má qualidade de um serviço que está sendo prestado. A ANATEL hoje é a maior responsável em determinar todos os padrões que deverão ser seguidos pela iniciativa privada, além de elaborar as metas operacionais e de qualidade que deverão ser atingidas pelos prestadores de serviços.

A atuação da ANATEL também é de extrema importância na atualização e reestruturação das regulamentações das telecomunicações, visto as constantes e rápidas alterações dos tipos de mercado deste Setor no mundo, sendo ora um mercado com estrutura concorrencial plana, ora um com estrutura oligopolista. Assim sendo, a sua criação é estratégica no contexto de assegurar condições justas e estáveis de competições às empresas atuantes no mercado, permitindo desta forma o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, a consolidação de um mercado efetivamente competitivo, com proveito para os consumidores.

III.3 – Os Pontos Principais do Modelo

Para a privatização do Sistema TELEBRÁS o modelo usado no caso brasileiro foi diferente de quase todos utilizados no mundo, sendo mais parecido com que o ocorrera nos Estados Unidos. Para tal foi realizada a fragmentação do Sistema.

O objetivo dessa fragmentação não seria apenas facilitar a atração dos investidores, como também tornaria mais fácil a ação do órgão regulador, a ANATEL. Além disso, haveria melhores possibilidades de focalizar investimentos em cada região, assim como acabar com as desigualdades existentes entre os diferentes locais do país.

Através dessa segmentação, junto com o Plano de Metas estipulado pela ANATEL, para cada concessionária o governo forçou o investimento em regiões pouco lucrativas, como o Nordeste e a Amazônia. Isto traz à tona muitas críticas feitas ao modo como foi feita a privatização, mas este ponto será analisado em outro capítulo desta dissertação.

Para viabilizar a privatização do Sistema, a TELEBRÁS foi dividida em dividida em três *holdings* regionais que controlarão as empresas operadoras estaduais de telefonia fixa, em uma *holding* que controlará a Embratel e, em 8 *holdings* que controlarão as estaduais de telefonia móvel (banda A);

As holdings regionais controlarão as empresas do Estado de São Paulo – TELESP e CTB (Borda do Campo), as empresas das regiões Sul e Centro-Oeste – CTMR, TELESC, TELEPAR, TELEMS, TELEGOIÁS, TELEBRASÍLIA, TELEMAT, TELERON e TELEACRE e as empresas das regiões Norte, Nordeste e Leste - Telamazon, Telaima, Telepará, Teleamapá, Telma, Telepisa, Teleceará, Telern, Telpa, Telpe, Telasa, Telergipe, Telebahia, Telemig, Telest e Telerj.

As holdings de telefonia celular (banda A) estarão assim distribuídas no seu controle:

- áreas 1 e 2 - Telesp;
- área 3 - Telerj e Telest;
- área 4 – TELEMIG;
- áreas 5 e 6 - Telepar, Telesc e CTMR;
- área 7 - Telebrásia, Telegoiás, Telems, Telemat, Teleacre e Teleron;
- área 8 - Telamazon, Telaima, Telepará, Teleamapá e Telma;
- área 9 - Telebahia e Telergipe;
- área 10 - Telasa, Telpe, Telpa, Telern, Teleceará e Telepisa.

A *holding* TELEBRÁS continuará existindo apenas pelo prazo necessário à transição para o novo cenário e deverá realocar seu quadro de pessoal nas novas *holdings*, nas empresas operadoras ou na ANATEL, e após esse período será extinta.

Os acionistas minoritários da TELEBRÁS e das Teles estaduais terão seus direitos integralmente preservados.

Para melhorar a qualidade dos serviços e estimular a concorrência com as três holdings de telefonia fixa e a Embratel, foram constituídas as "empresas espelho", que são empresas que vão concorrer na mesma área de empresas já operantes.

Após uma idéia de como o sistema fora dividido para ser privatizado, na próxima seção irei mostrar os resultados obtidos com a privatização.

III.3.1 – Resultados da Privatização

Iniciado em 1997, com a concessão da Banda B, o programa de privatização do Setor de Telecomunicações se concretizou em Julho de 1998, somando um valor arrecadado em torno de R\$22 bilhões – equivalente, na época, a aproximadamente US\$19 bilhões.

Em cada caso, os novos compradores adquiriram as ações ordinárias (com direito a voto). As ações preferenciais (sem direito a voto) das empresas individuais do Sistema Telebrás já estavam nas mãos dos investidores privados.

Abaixo, segue um quadro como os novos proprietários e a respectiva quantia paga pelos mesmos por cada área:

Telefonia fixa e Celular Banda A:

Empresa	Preço Mínimo (R\$ milhões)	Preço Ofertado (R\$ milhões)	Novos Proprietários	Ágio (%)
Telesp Participações (Fixa)	3.520	5.783	Telefónica de España/Portugal Telecon, Iberdrola, Banco Bilbao Y Viscaya	64,28
Tele Centro-Sul Participações (Fixa)	1.950	2.070	Telecom Itália	6,15
Tele Norte-Leste Participações (Fixa)	3.400	3.434	Andrade Gutierrez/Inepar, Sul América Seguros, Funcef, Antônio Dias Leite e Aliança da Bahia	1,00
Embratel Participações (Longa Distância)	1.800	2.650	MCI	47,22
Telesp Celular Participações	1.100	3.588	Portugal Telecon	226,18
Telemig Celular Participações	230	756	Telesystem, Fundos de Pensão e Opportunity	228,70
Tele Sudeste Celular Participações	570	1.360	Telefónica de España, Iberdrola, Itochu e NTT	138,60

Tele Celular Sul Participações	230	700	Globo, Bradesco e Telecom Itália	204,84
Tele Centro-Oeste Celular Participações	230	440	Grupo Beldi (Splice)	91,30
Tele Nordeste Celular Participações	225	660	Globo, Bradesco e Telecom Itália	193,83
Tele Norte Celular Participações	90	188	Fundos, Opportunity e Telesystem	108,88
Tele Leste Celular Participações	125	428,8	Telefónica de España e Iberdrola	242,40
Total	13.470	22.057,8		63,76

Fonte: ANATEL

Celular – Banda B

Área	Preço mínimo (R\$ Milhões)	Preço ofertado (R\$ Milhões)	Ágio (%)	Região	Consórcios
1	600	2.646	341,3	Metropolitana de São Paulo	BCP (Santabel, Safracom, Verbier, OESP, BSB Splice do Brasil e Bell South)
2	600	1.326	121,2	Interior do Estado de São Paulo	Tess (Telia, Telinvestimentos, Primav Construções, Eriline Celular e Lightel)
3	500	1.508	201,8	Rio de Janeiro e Espírito Santo	ATL (Lightel, SK Telecom e Construtura Queiróz Galvão)
4	400	520	30	Minas Gerais	Maxitel (STET, Vicunha e UGB)
5	330	774	134,5	Paraná e Santa Catarina	Global Telecom (Suzano, Inepar, Motorola, DDI e Global Telecom)
6	330	334,5	1,36	Rio Grande do Sul	Telet (Bell Canada, Telesystem International, International Equity Invest. Inc., BBI, Operate, Forpart e Fundos de Pensão)
7	270,2	338,8	25,4	Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Distrito Federal	Americel (Bell Canada, Telesystem International, International Equity Investments, BBI, Operate, Forpart e

8	-	60,6	-	Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	Fundos de Pensão) Inepar/Splice
9	230	250	8,7	Bahia e Sergipe	Maxitel (STET, Vicunha e UGB)
10	230	555,6	141,6	Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas	BCP (Bomshell, Verbier, OESP, Splice do Brasil e Bell South)

Fonte: ANATEL

Resultados dos leilões :

Espelho / Região	Resultado
Tele Norte Leste	Vendida no dia 15/01/99 ao consórcio comandado pela Bell Canadá e a norte-americana WLL International, pelo valor de R\$ 60 milhões.
Embratel	Também vendida em 15/01/99, por R\$ 55 milhões, ao consórcio Bonari Holding, constituído pela britânica National Grid, pela norte-americana Sprint e pela France Telecom.
Telesp	Vendida em 23/04/99, pelo preço mínimo de R\$ 70 milhões, à Megatel do Brasil S.A., consórcio formado pela canadense Bell Canada International (35,3%), pelas americanas WLL Holding (35,3%) e Qualcomm (16,6%) e pelo grupo argentino Liberman (12,8%).
Tele Centro Sul	Vendida em leilão no dia 27/08/99, pelo preço de R\$ 100 mil, ao consórcio formado pela holandesa Global Village Telecom (70%) e as norte-americanas ComTech (25%) e RSL (5%).

Fonte: ANATEL

A partir dos resultados apresentados no quadro acima, e observando-se o valor mínimo proposto para venda, pode-se considerar o resultado da privatização um grande sucesso, pois na maior parte das áreas um grande ágio foi obtido com a venda. Porém, muitos questionam se o valor mínimo realmente representou um valor justo, da mesma forma que põem em dúvida a grande participação de empresas estrangeiras na privatização, já que em todos os consórcios havia sempre uma ou mais empresas multinacionais. Estes aspectos serão discutidos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

CAPÍTULO IV **CRÍTICAS E DIVERGÊNCIAS ACERCA DA PRIVATIZAÇÃO**

Ao longo da monografia foram destacados vários pontos polêmicos e que geraram controvérsias no processo de privatização. Este capítulo será totalmente dedicado à análise de cada ponto levantado, assim como também a outras questões que são interessantes de serem discutidos, como por exemplo, diferentes opiniões em torno do tema e os problemas que podem surgir com a privatização.

Após a leitura de vários textos e artigos, uma das principais críticas encontradas referente à privatização do Sistema TELEBRÁS dizia respeito à venda de uma empresa que está dando lucro e crescendo, e questionamentos quanto ao preço mínimo estipulado. Segundo dados de um relatório de Junho de 1998 do Grupo de Assessoramento Técnico ao Ministério Público Federal (GAT), nos últimos três a quatro anos o Sistema TELEBRÁS vem realizando elevados investimentos na expansão e atualização tecnológica de suas redes e serviços. Em 1996 os investimentos da TELEBRÁS superaram a casa dos R\$7 bilhões e seu

lucro chegou a mais de R\$5 bilhões, não podendo o Governo alegar a falta de recursos para novos investimentos como justificativa para a privatização. Porém o Governo, defende a privatização das empresas superavitárias, pois a receita arrecadada permitiria ao mesmo obter recursos para abater as dívidas e deste modo criar melhores condições para o desenvolvimento econômico e social do país.

Quanto ao preço mínimo, houve um grande questionamento da forma como este foi estimado. O Governo, através de consultores contratados, estimou o valor mínimo da TELEBRÁS em 30 bilhões de dólares, em fevereiro de 1998. Em julho do mesmo ano, o valor discutido já estava em torno de 15 bilhões. A crítica acerca deste ponto era como “a plataforma das tecnologias do futuro e um dos maiores mercados de alto valor agregado estão sendo vendidos com base em estudos que lhe dão um preço mínimo que variou 50% em apenas três meses”². Essa disparidade de valores causou grande preocupação sobre os critérios utilizados pelo Governo para alienar o patrimônio público. O método utilizado para este cálculo e os critérios utilizados na avaliação foi de pouca transparência sob a óptica dos políticos e analistas do Setor, gerando muitas dúvidas quanto à seriedade governamental.

Outra questão que também gerou muita polêmica foi à abertura do Setor para empresas multinacionais, já que isto poderia acarretar uma quebra total do setor de pesquisa e desenvolvimento da área de tecnologias de telecomunicações. Acreditava-se que as empresas trariam de seus países de origem sua própria tecnologia, não havendo nenhum incentivo para as mesmas produzirem aqui, ou utilizarem nossas pesquisas como base para desenvolvimento de novas tecnologias e produtos. Isto ocorre por não haver nada na Lei

Geral de Telecomunicações que incentive estas empresas a aqui produzirem , além de não existir nenhuma garantia para a evolução futura do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CPqD) e para a própria sobrevivência da indústria brasileira. O que o governo fez para não acabar com as pesquisas foi a transformação do CPqD em uma fundação privada, achando assim que estará proporcionando a esta mais agilidade para atuar, pois fica liberada das restrições a que as estatais e a administração direta são sujeitas. Ou seja, o CPqD terá que se reorientar para o mercado.

A falta de diálogo com a sociedade durante o processo também foi centro de muitas críticas feitas à forma como se deu à privatização, inclusive o tipo de modelo utilizado. Como praticamente não foram dadas informações para o povo, surgiram muitas dúvidas. A desinformação e a falta de confiança no governo para regulamentar e controlar levou muitos a desconfiarem sobre o poder da ANATEL e dos instrumentos que esta dispõe para manter o cronograma de investimento determinado, assim como garantir a melhoria na qualidade dos serviços.

Uma dúvida constante que se tem é se as empresas que entraram vão acabar com o problema de desigualdade que havia entre as diferentes classes sociais e regiões. Antes de ocorrer a privatização, o Brasil possuía em média 11.5 linhas telefônicas fixas por cada grupo de cem habitantes. Entretanto, se considerarmos apenas a população com renda superior a 10 salários mínimos, este indicador subiria para 44%. Neste caso, se acontecer na telefonia fixa o fenômeno ocorrido na telefonia celular, essa proporção aumentará e muito. Quase três anos após a privatização da Banda B da telefonia celular, a popularização do

² Comentário retirado do relatório do GAT de 23 de Julho de 1998.

celular se deu de tal forma que o Brasil saltou de quadragésimo quarto país no indicador de aparelhos por habitante, para um dos dez mais. Isto mostra o enorme potencial de crescimento deste Setor.

Porém, apenas parte do problema foi solucionado, já que a desigualdade regional ainda não foi equacionada. Mas, de acordo com o que foi estipulado pela ANATEL o problema deve ser resolvido. A dúvida é se essas empresas vão investir em áreas pouco ou quase nada lucrativas, onde a TELEBRÁS tinha sempre prejuízo. Caberá a ANATEL fazer com que essas empresas cumpram o que foi estabelecido nos contratos de concessão.

Há também um questionamento ao modo como foi feita a privatização, o porquê da fragmentação do sistema. Da forma que foi feita, o lugar do Sistema TELEBRÁS será ocupado por companhias muito menores, com poucas chances de inserção competitiva no mercado mundial que, transferidas para o controle de consórcios nos quais deverá predominar a direção tecnológica e estratégica efetiva de operadores estrangeiros, poderão vir a se reduzir a meras extensões dos mercados internacionais desses operadores dentro de nosso território. Não há ainda, na Lei Geral das Telecomunicações nenhum mecanismo que impeça a formação de monopólios ou mesmo que estanque a crescimento de oligopólios já consolidados. Donos de jornais, rádios e televisões poderão livremente ampliar seus poderes, podendo atuar em todos os meios de comunicação existentes, o que lhes daria maior penetração na opinião pública, além de aumento do controle político e econômico.

No material analisado para a elaboração desse capítulo, foram identificados mais de vinte pontos que geraram muita polêmica acerca da privatização da TELEBRÁS, que possibilitariam o desenvolvimento de outro trabalho explicitando apenas os aspectos polêmicos em torno do assunto.

As questões abordadas nesta parte da dissertação citadas acima são as que melhor explicitam as dúvidas dos técnicos, políticos e do público quanto à privatização do Sistema, dando uma visão ampla dos principais pontos levantados.

CAPÍTULO V **O FUTURO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

A partir da aprovação da emenda constitucional, a reforma estrutural das telecomunicações no Brasil vem sendo discutida e implementada no contexto de profundas transformações por que passa esse Setor em todo o mundo, ditadas por três forças já citadas anteriormente: a globalização na economia; a evolução tecnológica; e a rapidez das mudanças no mercado e nas necessidades dos consumidores. Porém, pode-se acrescentar uma nova força, que é a competição entre as empresas fabricantes dos aparelhos e as empresas prestadoras do serviço, sendo esta concorrência fundamental para o crescimento do Setor, assim como para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

No Brasil, o Setor de Telecomunicações passa por uma grande atualização tecnológica. A planta de terminais, que era quase toda formada por centrais analógicas, e cuja rede de dados era precária, tornava o acesso à telecomunicação sinônimo de custo elevado e serviço insuficiente para o usuário. Nos últimos quatro anos aconteceu um grande desenvolvimento

da planta brasileira. A evolução tecnológica proporcionou uma maior facilidade ao se implantar sistemas de comunicação, ou seja, agora é possível crescer mais rapidamente.

Um dos processos que impulsionou e ainda impulsiona as telecomunicações é a INTERNET. Seu uso gerou a necessidade de meios de transmissão de dados cada vez mais rápidos. Para que isso se tornasse possível era necessária a transformação do antigo sistema analógico em digital, também como melhoria nas centrais, principalmente a ligação entre a TELEBRÁS e os provedores. Como solução para essa necessidade podemos ver a criação do TELE-PORTO, onde a tecnologia de ponta é utilizada.

A digitalização da telefonia possibilitou a oferta de novos serviços que não eram possíveis em um sistema analógico e, com a quebra de monopólio, áreas nunca antes exploradas pelas estatais passaram a ser exploradas pela iniciativa privada. Como exemplo de novos serviços pode ser citado o serviço de *trunking*, *pager* e também outros, tais como identificador de chamadas, caixa postal, chamada em espera, siga-me e muitos que passaram a ser ofertados para o consumidor comum. Como consequência da maior tecnologia houve uma melhora significativa na qualidade das chamadas.

Em termos de tecnologia já evoluímos bastante, porém essa não está disponível para todos. Grande parte da população brasileira ainda não tem um telefone fixo, ou sequer um telefone público perto de sua casa.

Apesar da popularização da telefonia celular, é preciso ser visto que este é apenas um fenômeno ocorrido nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Minas Gerais. Regiões como o Nordeste e o Estado do Amazonas não contam com o mínimo de serviço que possa ser exigido, ainda menos com a telefonia celular. Porém ainda é muito cedo para analisar os efeitos da privatização nessas regiões mais distantes, pois por demandarem maiores investimentos, o prazo para estas áreas estarem operando também é maior. A partir de algumas estimativas, e principalmente das Metas do Programa de Privatização, pode-se ver nos gráficos abaixo a expectativa de crescimento da telefonia fixa e celular até o ano 2003.

Metas para a telefonia – milhões								
	1999		1999		2003		2003	
Segmentos	FIXA (%)*	MÓVEL (%)*						
Total	26,0	12,0	40,0	23,0				
Famílias urbanas	15,9	43	8,0	21	22,2	55	14,5	35
Famílias rurais	1,8	20	0,9	10	3,2	40	1,2	15
Empresas e outras	8,3	40	3,1	15	14,6	50	7,3	25

Fonte: ANATEL

Pelos números acima, pode ser observado que as expectativas de crescimento do Sistema são muito grandes, porém estes números apenas representam as Metas do Governo. É da responsabilidade da ANATEL para garantir para que estas sejam alcançadas e se possível superadas.

V.1 – PRIVATIZAÇÃO DA TELEFONIA, APENAS O PRIMEIRO PASSO

A privatização da telefonia foi apenas um primeiro e importante passo para o crescimento e desenvolvimento do Setor de Telecomunicações no Brasil. A cada dia que passa, novas tecnologias estão sendo descobertas possibilitando cada vez mais diferentes formas de acesso, velocidade cada vez mais alta de transmissão, assim como a prestação de novos serviços, já citados anteriormente.

Um dos acontecimentos mais recentes é a discussão para uma nova regulamentação para a exploração do serviço de INTERNET via cabo e a WEBTV. Com essa tecnologia seria possível acessar a rede numa velocidade superior a atual em mais de 30 vezes. Isto abriria possibilidades para novos serviços e utilidades da INTERNET, como acesso a grandes bancos de dados.

Assim como a INTERNET via cabo, outros serviços existentes nos países mais desenvolvidos vão ser trazidos para o Brasil. A exploração da transmissão de dados via satélite ainda tem muito que crescer no país e no mundo e, a partir da abertura de mercado, vai se tornar interessante para as empresas do ramo investirem aqui.

As possibilidades de expansão deste Setor são enormes, mas para que isto ocorra de modo correto e apropriado caberá a ANATEL criar um ambiente para que essas novas tecnologias estejam disponíveis no Brasil em curto-prazo, acompanhando o ritmo das mudanças mundiais.

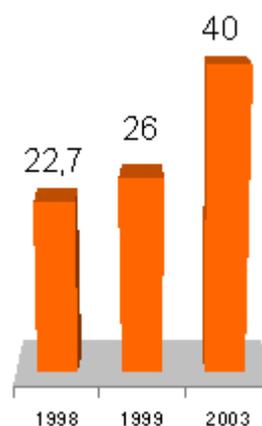
Pelos quadros abaixo, pode-se ter uma idéia da meta de crescimento estipulado para cada ramo do Setor de Telecomunicações no Brasil até 2003 nas diferentes regiões do país:

Telefonia fixa:

(em milhões de terminais instalados)

METAS POR REGIÃO	1999	2003
Norte	1,1	1,8
Nordeste	3,8	5,9
Centro-Oeste	2,1	3,0
Sudeste	14,9	23,4
Sul	4,0	5,9

Telefonia fixa
(em milhões de terminais instalados)



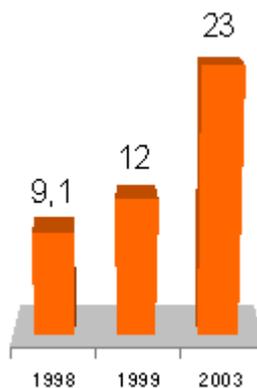
Fonte:paste

Telefonia móvel:

(em milhões de terminais instalados)

METAS POR REGIÃO	1999	2003
Norte	0,8	1,8
Nordeste	1,7	2,4
Centro-Oeste	0,9	1,8
Sudeste	6,9	13,5
Sul	1,6	3,5

Telefonia móvel
(em milhões de terminais instalados)

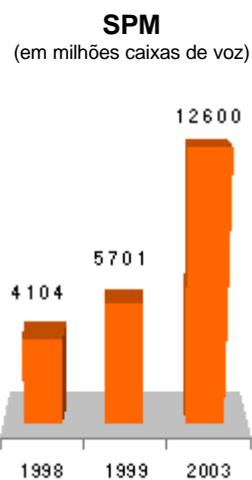


Fonte:paste

Serviço público de mensagens (SPM):

(em milhões caixas de voz)

METAS POR REGIÃO	1999	2003
Norte	273	650
Nordeste	1.163	2.695
Centro-Oeste	393	825
Sudeste	2.931	6.483
Sul	942	1.947

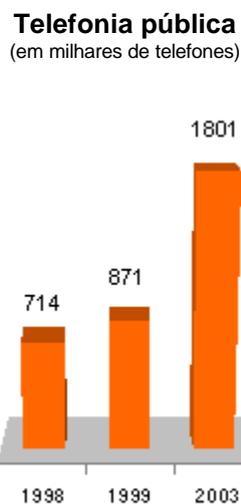


Fonte:paste

Telefonia de uso público:

(em milhares de telefones)

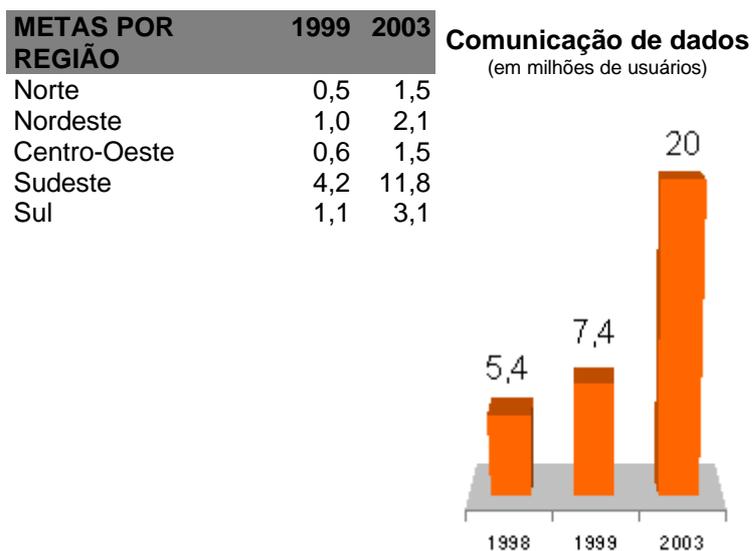
METAS POR REGIÃO	1999	2003
Norte	48	93
Nordeste	186	385
Centro-Oeste	63	118
Sudeste	441	926
Sul	134	278



Fonte:paste

Comunicação de dados, texto e imagens:

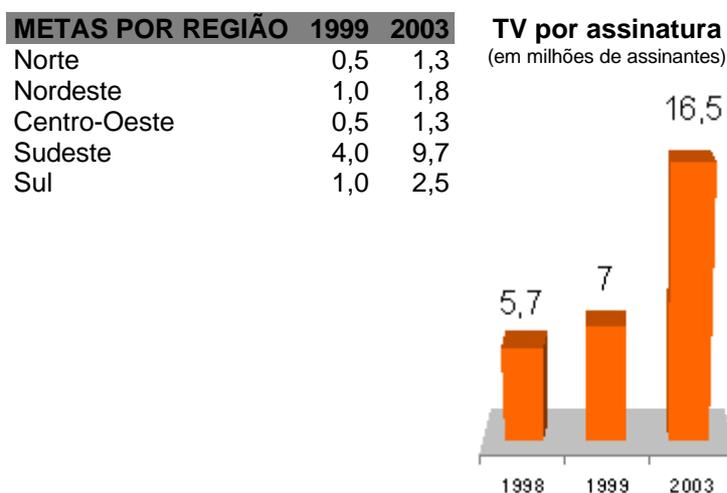
(em milhões de usuários)



Fonte:paste

TV por assinatura:

(em milhões de assinantes)



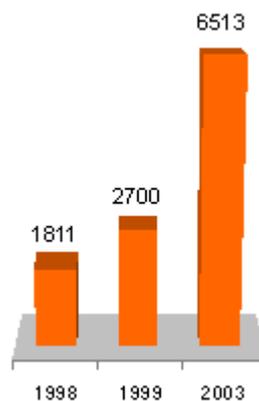
Fonte:paste

Radiochamada (paging):

(em milhares de assinantes)

METAS POR REGIÃO	1999	2003
Norte	184	499
Nordeste	371	691
Centro-Oeste	207	496
Sudeste	1.552	3.824
Sul	387	1.002

Paging
(em milhares de assinantes)



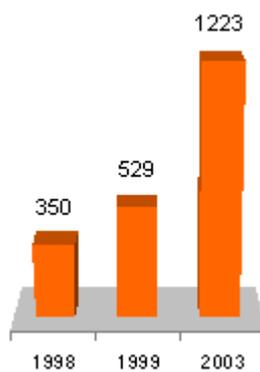
Fonte:paste

Serviço de trunking:

(em milhares de acessos)

METAS POR REGIÃO	1999	2003
Trunking	529	1.223
Norte	35	92
Nordeste	72	132
Centro-Oeste	40	95
Sudeste	306	716
Sul	77	188

Trunking
(em milhares de acessos)



Fonte:paste

V.1.2 – NOVOS INVESTIMENTOS

Desde o ágio obtido com a privatização do Setor, pôde-se ter uma visão do potencial que os consórcios achavam que o mercado brasileiro poderia ter. A telefonia celular mostrou que esse potencial é de fato verdadeiro, e isso trouxe dúvidas às novas empresas: onde vamos produzir? O que é mais válido, produzir aqui ou importar ? Porém, essas são perguntas muito difíceis de serem respondidas por enquanto.

Como foi dito no quarto capítulo, uma crítica que havia acerca da privatização era se a indústria nacional iria resistir às mudanças no Setor. No que se refere à telefonia celular grande parte das empresas se instalaram aqui, ou se associaram às empresas brasileiras para atender ao mercado consumidor local. Muitas peças continuam sendo importadas, mas o percentual de nacionalização dos produtos tem se tornado cada vez maior, ainda mais com o valor do dólar, onde a peça que é importada representará um aumento significativo no preço final do produto.

Quanto à área de pesquisa, acredita-se que esta será a maior perdedora com a privatização. A infra-estrutura e tecnologia que estas empresas tem em seus laboratórios dificilmente serão trazidas para cá, pois além de representar custos altíssimos para as empresas, não há incentivos ou algum outro interesse para que as mesmas passem a desenvolver novos produtos aqui, e sim somente produzi-los ou montá-los.

Se por um lado a área de pesquisa perde, por outro o consumidor está ganhando, devido à concorrência entre as empresas prestadoras de serviços e fornecedoras de aparelhos, fazendo com que ocorra uma disputa de tarifas e preços. O consumidor está tendo acesso a

um serviço que antes não estava ao seu alcance, e agora por um preço muito mais baixo. A tendência é que as tarifas caiam cada vez mais e a qualidade do serviço melhore significativamente, pois a partir do momento em que o consumidor tem opção de escolher sua prestadora, este irá escolher a que oferecer maiores vantagens. Na telefonia celular já pode ser observado esse fato, mas ainda é prematuro para falar da telefonia fixa e de longa distância.

CAPÍTULO VI **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Num curto espaço de tempo o Sistema de Telecomunicações brasileiro passou por profundas transformações. Apesar do processo ter sido muito conturbado, por ter envolvido diversas áreas de interesse econômico, político e estratégico, a privatização foi concretizada.

Mesmo tendo sido fortemente criticada pela oposição, a privatização era mais do que necessária para o desenvolvimento do Setor que sob a administração do Governo estava indo bem, porém não era capaz de atender a demanda. O maior ganho do público e do país foi com a quebra do monopólio do Setor. Com essa quebra, o seu crescimento não ficará atrelado apenas aos investimentos de uma empresa, seja ela estatal ou privada, mas vai ficar em função da demanda desse mercado. O público, de certa forma, através de suas necessidades vai direcionar os investimentos das empresas e ainda vai poder contar com o melhor que cada empresa puder ofertar, pois terá opção de escolha. Se por algum motivo a concorrência entre as empresas não for suficiente para garantir a melhoria na qualidade dos serviços prestados, teremos o Governo, através da ANATEL, para controlar e regulamentar essas empresas.

Pelo histórico do Governo como regulador de empresas privadas, pode ser constatado que ele encontra muitas barreiras, principalmente no Congresso, para punir e mudar as regulamentações, que freqüentemente favorecem essas empresas. Para que tal fato não ocorra no Sistema de Telecomunicações, o Governo deu total autonomia para a ANATEL, achando que ela seria mais imparcial nas decisões tomadas, assim como também não haveria tanta burocracia na tomada de decisões. O principal papel da Agência seria o de defender os interesses dos consumidores, e não dos empresários.

Porém até aqui só foram citados os pontos benéficos da privatização, sendo muito importante e necessário enfatizar alguns problemas ocorridos durante o processo, e os que ainda podem vir a ocorrer.

O país saiu ganhando com a melhoria e ampliação nos serviços prestados, assim como na redução das tarifas (na caso da telefonia celular), mas deve ser levado em consideração o preço pago por isso. Esse preço é o somatório de alguns fatores sendo o principal deles a perda referente ao baixo preço de venda do Sistema TELEBRÁS. Outro fato relevante é a perda de investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias em nosso país, assim como a possível perda da indústria nacional do Setor.

O preço da venda não tem como ser recuperado, apesar de muitos ainda terem a absurda idéia de quererem anular a privatização. Mas, o Governo, através da ANATEL e também

através de políticas monetárias deve tentar ao máximo minimizar as perdas de investimento na indústria, assim como no setor de pesquisa.

A história da privatização do Sistema de Telecomunicações Brasileiro é recente, sendo ainda prematura uma avaliação real, pois somente com o transcurso do tempo se poderá saber se o que se perdeu com esta privatização será superado pelos ganhos proporcionados pela mesma.

BIBLIOGRAFIA:

- Embratel, (1980), “Pequena Cronologia das Telecomunicações no Brasil”
- Embratel, (1980), “Telecomunicações para Integração e Desenvolvimento”
- Ministério das Comunicações,(1997), “Projeto de Lei Geral”, Brasília.
- Ministério das Comunicações,(1997), “Programa Paste”, Brasília.
- Wohlers, M., *O Futuro das Telecomunicações no Brasil e a Definição do novo Modelo*. Síntese, São Paulo, março 1997.
- Telebrás, Relatório Anual de 1996.
- Telerj/Sinttel, (1993), *Perspectivas para o Setor de Telecomunicações*, Texto & Arte, Rio de Janeiro.

Periódicos:

- Gazeta Mercantil – Diversos Números
- Jornal do Brasil – Diversos Números
- O Globo – Diversos Números